

Reconhecimento de HC contra ato de ministro do STF foi destaque

O noticiário político destacou durante a semana a concessão de [prisão domiciliar](#) ao deputado federal Paulo Maluf (PP-SP), que foi internado na terça-feira (27/3) com fortes dores nas costas. A **ConJur** informou que, por trás do caso concreto, a liminar do ministro Dias Toffoli [reconheceu a impetração de pedido de Habeas Corpus](#) contra ato de ministro do Supremo Tribunal Federal.

A decisão fragiliza a chamada jurisprudência restritiva aos HCs, sendo elogiada por advogados. Além disso, a decisão também foi aplicada pela



Elementos frágeis

A 2ª Turma do Supremo afastou a tese de que doação eleitoral seja suficiente para colocar em suspeita a atuação de um parlamentar no Congresso. Assim, por falta de provas, [rejeitou denúncia contra o senador Romero Jucá \(MDB-RR\)](#) e contra o empresário Jorge Gerdau por corrupção e lavagem de dinheiro.

O relator do inquérito, ministro Luiz Edson Fachin, classificou como “frágil” a tese da Procuradoria-Geral da República. A denúncia dizia que o fato de a Gerdau ter sido beneficiada por uma medida provisória articulada por Jucá e ter doado dinheiro à sua campanha configuraria crime de corrupção. “Nada há de concreto que a negociação em torno da MP resultou em promessa de doação eleitoral”, afirmou Fachin.

Relação direta

O ministro Luis Roberto Barroso, do STF, [determinou a prisão temporária](#) do empresário e advogado

José Yunes, ex-assessor do presidente Michel Temer, e de outras três pessoas ligadas ao emedebista. Todos são investigados por suspeitas de irregularidades na edição de decreto relacionado ao funcionamento dos portos. Barroso [considerou necessárias](#) as prisões e mandados de busca para garantir a investigação.

ENTREVISTA DA SEMANA

Spacca



A desembargadora **Kenarik Boujikian**, do Tribunal de Justiça de São

Paulo, considera que a pena de censura aplicada a ela — e depois derrubada pelo Conselho Nacional de Justiça — gerou prejuízo à independência jurídica dos membros da corte.

Em [entrevista à ConJur](#), ela afirma que sempre se recusou a ressaltar entendimento próprio para se curvar ao entendimento dos demais membros do colegiado, por entender que isso seria tolher o direito da defesa de recorrer. Kenarik define ainda como “equivocado achar que a condenação e a prisão vão ser solução para o problema geral da criminalidade”.

RANKING

A notícia mais lida da semana na **ConJur**, com 36,9 mil acessos, foi sobre decisão que [suspendeu as mudanças](#) no local de incidência e cobrança de ISS previstas na Lei Complementar 157/2016. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, entendeu que a dificuldade na aplicação da lei ampliou conflitos de competência entre municípios, o que afronta o princípio constitucional da segurança jurídica.

Com 34,5 mil leituras, a segunda notícia mais lida foi sobre a aplicação inédita do conceito de “transcendência” após a reforma trabalhista. O ministro Breno Medeiros, do Tribunal Superior do Trabalho, [negou agravo de instrumento](#) interposto por uma empresa de turismo contra despacho do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região que negou a subida de recurso de revista ao tribunal.

Conforme o artigo 896-A da CLT, um recurso só pode chegar ao TST se a parte demonstrar a relevância política, econômica, social ou jurídica de sua demanda. Ou seja, envolver altos valores, jurisprudência das cortes superiores ou ofensa a direito social.



As 10 mais lidas

[Alexandre de Moraes suspende mudanças no local de cobrança de ISS](#)

[Pela 1ª vez, TST nega subida de recurso por falta de transcendência](#)

[Leia sustentação oral do advogado Batochio em defesa de Lula no STF](#)

[Juiz determina que defensor se sente no mesmo plano de promotor](#)

[Coluna “Senso Incomum”: A prova de que em Direito se prova qualquer coisa!](#)

[Coluna “Segunda Leitura”: O inusitado adiamento do Habeas Corpus preventivo do ex-presidente Lula](#)

[Lenio Streck: Jurista e jornalista produzem fake news sobre presunção de inocência!](#)

[Opinião: Extinção da contribuição sindical pela reforma trabalhista é constitucional](#)

[TRT-6 libera Riachuelo de recolher contribuição sindical de empregados](#)

[Senso Incomum: Decisão de segundo grau esgota questão de fato? Será que no Butão é assim?](#)

Manchetes da Semana

[CNJ autoriza cartórios a fazer mediação e conciliação de conflitos](#)

[Juiz federal cassa inscrição de advogados condenados por concussão](#)

[Entrevista – Sérgio Bermudes: “O advogado é fundamental ao Estado Democrático de Direito e à democracia”](#)

[Réu em liberdade não pode ser preso na hora da sentença, diz STJ](#)

[STJ exclui gastos com capatazia do cálculo do Imposto de Importação](#)

[Doação eleitoral não é suficiente para acusar por corrupção, diz STF](#)

[STJ fixa entendimentos sobre correção e juros em condenações contra a Fazenda Pública](#)

[TRT-2 impede honorários sucumbenciais em ação anterior à reforma](#)

[Homologação tardia não gera multa se rescisão foi paga no prazo](#)

[Entrevista — Kenarik Boujikian: “Construção do Direito leva tempo e não aceita pensamento único”](#)

[Alexandre de Moraes barra mudanças na regra do local de cobrança de ISS](#)

[É nulo pedido de demissão de trabalhador sem homologação de sindicato, decide TST](#)

Meta Fields